

A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM DE VARGAS NO ESTADO NOVO (1937-1945)

Antônio Germano Magalhães Júnior¹

Adriano Cecatto²

RESUMO

O Estado Novo (1937-45) como projeto político exercido por Getúlio Vargas procurou estabelecer controle sobre a educação brasileira. Mesmo com a presença das ideias dos Pioneiros da Educação Nova, o projeto político teve a educação como espaço privilegiado para a constituição da imagem de Getúlio Vargas e de seu regime político. O objeto de investigação é a representação imagética de Vargas durante o Estado Novo. O objetivo deste estudo foi compreender como as imagens de Getúlio Vargas foram utilizadas como instrumento ideológico para a implantação de políticas nacionalistas, considerando a educação como mecanismo que contribuiu com a ‘fabricação’ da imagem do líder político. Consideramos esse estudo de caráter bibliográfico e seu referencial teórico-metodológico fundamenta-se na História Cultural, em autores que pesquisam imagem e políticas para a educação nesse período estudado: Araujo (2000); Aumont (1993); Capelato (1999; 2007); Carone (1976); Carvalho (1999, 2008); Chartier (1991, 2002); Freitas (2009); Garcia (1982); Joly (1996); Pesavento (2008); Schwartzman; Bomeny; Costa (2000); Tomaim (2006); Torres (1999). A utilização de imagens como estratégia política foi essencial para promover a representação de Getúlio Vargas e do Estado totalitário. A educação, paralelamente aos meios de comunicação, foram ferramentas que contribuíram para constituição da imagem do regime, das instituições e do chefe político.

Palavras-chave: Era Vargas. Educação. Iconografia.

HE IMAGE'S CONSTITUTION OF VARGAS IN THE "ESTADO NOVO" (1937-1945)

ABSTRACT

The Estado Novo (1937-1945) as a political project exercised by Getúlio Vargas sought to establish control over the political project had the education as a privileged space for the constitution of Getúlio's Vargas image and his political regime. The object of this investigation is the image representation of Vargas during the Estado Novo. And the objective is of this study was understand how images of Vargas were used as an ideological tool for the

Recebido em: 11/4/2013.

¹ Doutor em Educação pela UFC e Pós-Doutor pela UFRN. Professor adjunto da UECE. E-mail: germano.junior@uece.br.

² Mestre em Educação – UECE. E-mail: adriano_tto@yahoo.com.br.

implementation of nationalist policies, considering education as a mechanism that contributes to the 'manufacturing' image of the political leader. We consider this study with a bibliographical character and its theoretical and methodological framework is based on the Cultural History, in authors who researches images and policies to education in this studied period: Araujo (2000); Aumont (1993); Capelato (1999, 2007); Carone (1976); Carvalho (1999; 2008); Chartier (1991, 2002); Freitas (2009); Garcia (1982); Joly (1996); Pesavento (2008); Schwartzman; Bomeny; Costa (2000); Tomaim (2006); Torres (1999). The use of images as a political strategy was essential to promote the representation of Getúlio Vargas and the totalitarian state. Education in addition to the media were tools that contributed to form the image of the regime, institutions and political leader.

Keywords: Era Vargas. Education. Iconography.

1 Introdução

Em 1934, a Assembleia Constituinte votou nova Constituição e elegeu Getúlio Vargas como presidente. Em 1937, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945, denominado de Estado Novo. No entanto, inspirada da constituição da Polônia ("polaca"), de cunho fascista, foi constituído um regime ditatorial com ênfase no populismo³. Essa forma de fazer política lhe permitiu o controle sobre a sociedade brasileira: "De 1937 a 1945, o país viveu sob um regime ditatorial civil, garantido pelas forças armadas, em que as manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime" (CARVALHO, 2008, p.109). Regime que não permitiu o exercício pleno da democracia, pois, embora com postura paternalista, com anseio em manter a massa trabalhadora sob controle, fornecendo-lhes benefícios, foi repressor, "autoritário, não totalitário ao estilo do fascismo, do nazismo, ou do comunismo" (CARVALHO, 2008, p.109). Assim, o Estado rejeitava os conflitos sociais e supervisionava tanto operários como patrões. Mesmo considerado período importante em termos de legislação social, foi de pouca participação política e precária vigência dos direitos civis. Segundo Freitas (2009),

3 Define-se como fórmulas políticas centrado no povo. Conforme Carvalho (2008, p.126), "[...] era um fenômeno urbano e refletia nesse Brasil que surgia [...] O populismo no Brasil, na Argentina, ou no Peru implicava uma relação ambígua entre os cidadãos e o governo. Era o avanço da cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. [...] A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade".

a pressão constante sobre o operariado e a sociedade de modo geral demonstrava que o Brasil estava em sintonia com as tendências anti-democráticas e centralizadoras que se vivenciava na Europa.

Entre outras frentes políticas, Getúlio Vargas demandou atenção aos problemas educacionais e seu objetivo era formar um grupo social intelectualmente preparado. As iniciativas no campo da educação tinham inspiração autoritária, por isso, impregnada de valores hierárquicos e de conservadorismo. Foi um meio eficaz para a promoção da imagem do presidente e ao mesmo tempo formar a juventude e reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora.

O objetivo deste estudo é compreender como a imagem de Getúlio Vargas foi constituída e utilizada como instrumento ideológico para implantar a política nacionalista, de modo particular entre a infância e juventude brasileira. Consideramos esta pesquisa de caráter bibliográfico e seu referencial teórico-metodológico fundamenta-se na História Cultural, no conceito de representação apropriado por Roger Chartier, – e aqui no Brasil destacam-se os trabalhos de Sandra J. Pesavento- que possibilita pensar a imagem a partir do campo simbólico. Caracterizaremos a imagem enquanto categoria narrativa e sua relação com as políticas de Getúlio Vargas destinadas à educação.

2 Educação no Estado Novo e o uso da imagem

Ao descrever a organização do ensino nesse período, pode-se destacar a educação como meio eficaz para a efetivação de políticas sociais, destacando-se a imagem como suporte de convencimento, aliada aos discursos de justificação dessa linguagem representativa. Como a imagem não é o real, mas a representação do mesmo, o direcionamento de políticas de cunho totalitário possibilitou domínio e credibilidade sobre a constituição da imagem de Getúlio Vargas no poder por um longo período.

Por imagem, compreenderemos os registros realizados por meio de pinturas, desenhos; imagens impressas, imaginadas, esculpidas, modeladas, talhadas, gravadas em material fotográfico e cinematográfico; "[...] são registros com os quais os historiadores e professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo" (PAIVA, 2006, p. 17). No entanto, as imagens fotográficas, pinturas impressas e cinematográficas foram as principais categorias apropriadas politicamente nesse período a que nos remetemos.

Segundo Pesavento (2008, p. 99), “[...] as imagens partilham com as outras formas de linguagem a condição de serem simbólicas, isto é, são portadoras de significados para além daquilo que é mostrado”. É representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz, é portadora de significados, estabelece relações e requer a sensibilidade para compreender a caminhada do ser humano no tempo e espaço. Desse modo, independentemente da qualidade estética, imagens podem servir como evidência histórica (BURKE, 2004). Diferente de outros documentos, essa categoria de linguagem foi criada para transmitir uma mensagem própria, por isto, torna-se necessário o estudo dos produtores ou realizadores e considerar as fragilidades impostas naturalmente por esse tipo de documento.

A função da imagem no Estado Novo (1937-1945) esteve relacionada com a constituição da narrativa oficial que pudesse propiciar a criação do imaginário político e social. As ideologias políticas traduziram-se em imagem, e esta em linguagem, que, por sua vez, tornou-se prática discursiva ao promover a própria figura de Vargas. Conforme sugere Aumont (1993), as imagens existem para serem vistas, foram produzidas e destinadas para usos específicos, individuais ou coletivos, com a finalidade de agradar o expectador. Compreende-se que a imagem “[...] depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece” (JOLY, 1996, p. 13).

Com a História Cultural, historiadores têm se debruçado sobre o conceito de representação para o estudo sobre a produção e consumo de imagens, da criação e da apropriação das mesmas. Proposta investigativa que parte da cultura, que se sobrepondo à abordagem da história das mentalidades e da Nova História (terceira geração dos *Annales*): “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p.16-17).

O conceito de representação sugerido por Roger Chartier (1991, 2002), para a análise das práticas culturais, remete aos contextos de produção, a sensibilidades, símbolos e sinais apreendidos pelos sentidos; no caso do estudo das imagens, adentra a dimensão da cultura, instiga o historiador ir além dos acontecimentos representados. Desse modo, as imagens são feitas para serem lidas, interpretadas; contém sentido e esse sentido só poderá ser abarcado se entendidos os valo-

res e contextos de produção. A análise da narrativa visual, produzida em determinada cultura, pode servir para o diálogo com as regras e os códigos dessa mesma cultura. “Imagens podem ser utilizadas como meio de acesso a formas de compreensão e interpretação das visões de mundo dos sujeitos e das teias culturais em que eles estão inseridos” (BARBOSA; CUNHA, 2006, p. 53-54).

Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado procurou constituir a uniformização da sociedade brasileira, e isso interferiu diretamente na educação, com normatizações e procedimentos que passavam até mesmo os detalhes do uniforme escolar. A consciência patriótica passava pelo uniforme e postura cívica, de respeito e amor à Bandeira e Pátria, elementos essenciais para a constituição da nação. A imagem (FIG. 1) apresenta duas crianças com postura de respeito e admiração à Pátria, valorizando as datas cívicas e enaltecendo o valor juventude, responsável pelo futuro da nação. A serenidade das crianças demonstra a confiança no projeto do novo Estado sendo implantado por Vargas e, dessa maneira, sentem-se responsáveis com a segurança e perpetuidade da nação. A prosperidade do país ganhou destaque com a juventude, tendo como referência o ideal de nação proposto pelo Presidente, o “chefe” a ser seguido e honrado.



Comemoração do Dia da Pátria, 5.5, anos 1938 e 1945.

Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

A reforma do Ensino Secundário implementada por Francisco Campos (1930/32), Ministro da Educação e Saúde de Vargas, reali-

zada por meio do Decreto n. 19.890/1931 e consolidada pelo Decreto n. 21.241/1932, deveria reconstruir o ensino sob novas bases, com o objetivo de superar o caráter exclusivamente propedêutico e contemplar uma função educativa, moral e intelectual dos estudantes. Desse modo, objetivou-se imprimir ao ensino secundário a tarefa de preparar a juventude sob os padrões sociais instituídos pelo Estado, para a integração na sociedade, que começava a fazer-se mais complexa e dinâmica. Era necessário atualizar o ensino de acordo com as exigências do desenvolvimento industrial.

Em 1942, o ministro Gustavo Capanema deu início à reforma no ensino com as chamadas Leis Orgânicas do Ensino que contemplavam as etapas do primário e médio, com a reforma do ensino técnico-profissional a partir dos decretos lei 4.072/42, 6.141/43 e 9.613/46. As Leis Orgânicas remetem à padronização curricular nacional: “[...] na indicação do método de leitura a ser adotado, que era o método analítico-global e também na arquitetura escolar” (FREITAS, 2009, p.118).

Com o projeto político centralizador, havia o desejo de constituir a identidade nacional, que aconteceria na medida em que houvesse a renovação dos hábitos, modernizando o país com a educação, a saúde e o saneamento. “O tema essencial das Leis Orgânicas é o tema da padronização. Os efeitos decorrentes dessa essência transparecem na organização curricular nacional, na indicação do método de leitura a ser adotado, que era o método analítico-global e também na arquitetura escolar” (FREITAS, 2009, p. 118).

Diante das mudanças do cenário urbano e industrial, se fazia necessário um plano que contemplasse a formação da juventude mediante as novas necessidades sociais de mercado. A reforma do ensino de 1942 era destinada à preparação da mão-de-obra especializada ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino profissional. Nesse mesmo ano, foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Comerciantes), ampliando-se o sistema de alimentação dos operários dentro das próprias fábricas.

O ensino secundário passou por reforma e teve atenção especial nesse momento importante em que se pensava na formação da juventude, os futuros profissionais e cidadãos. Questiona-se o tipo de formação que se queria destinar nas escolas, pois, embora se tenha pensado num ensino industrial e profissional, prevaleceu a educação clássica humanista.

3 A constituição imagética de Getúlio Vargas e a Juventude Brasileira

A criação do novo Estado perpassaria por estratégias que pudessem garantir o avanço do programa nacional, tendo como principal bandeira a educação. Segundo Bomeny (1999, p.163), “[...] o ‘homem novo’ para o Estado Novo teria seu embrião vertebrado na adolescência, veria o mundo e avaliaria sua posição na sociedade de acordo com o convívio de juventude, que tem no ensino secundário sua inequívoca expressão”.

O Estado Novo priorizou a participação ativa do Exército no sistema educacional, pois a educação deveria ser um projeto político estratégico de mobilização controlada, impondo regime de autoridade. A pedagogia desejada nesse momento teve como meta a juventude em função da constituição do Estado Nacional, que, dentro da prática do civismo, houve a difusão de “[...] mitos a serem exaltados e programas a serem cumpridos” (BOMENY, 1999, p. 147). Com a Organização Nacional da Juventude, a infância e juventude teriam o papel de dinamizar o projeto político e social que se esboçava em grande parte do mundo na década de 1930 e que não seria diferente no Brasil. Essa organização deveria infundir nos jovens o sentimento de disciplina e educação militar. A Juventude Brasileira era

[...] uma entidade paraescolar criada pelo decreto-lei nº 2027, de 03 de maio de 1940, apresentava um caráter educativo e nacionalizador, com o intuito de favorecer uma pré-mobilização no sentido de homogeneizar sentimentos e pensamento em torno do *culto à Pátria*. O órgão dividia seus integrantes entre ala maior e ala menor. A maior integrava os adolescentes; a menor, as crianças. Entre seus objetivos, estava o despertar pela veneração aos *grandes* mortos e o entusiasmo pelos grandes feitos da História Nacional, além de incrementar o amor pelos ideais nacionais e o interesse pelos problemas do país e suscitar a prática, firme e constante, das virtudes patrióticas. A Juventude Brasileira seguia um cronograma de comemorações de datas, estabelecida em calendário, e de festas cívicas. (TORRES, 1999, p. 57).

A Juventude Brasileira surgiu com o interesse do governo em organizar os estudantes das escolas e das oficinas em centros cívicos,

que pudessem cultivar o amor à Pátria, “[...] o amor ao dever militar, à disciplina, à hierarquia, ao conhecimento elementar dos assuntos relativos à defesa nacional, à educação religiosa e à educação ativa” (TORRES, 1999, p. 63). A Juventude Brasileira seria a base e complemento da educação ministrada pela escola e prolongamento da educação familiar.

Toda a infância, dos sete aos 11 anos de idade, e toda a juventude, dos 11 aos 18 anos de idade, estavam automaticamente enquadradas na Juventude Brasileira, sendo obrigatória a inscrição para as crianças e os jovens de ambos os sexos que estivessem matriculados nos estabelecimentos de ensino oficial ou fiscalizados, e facultativa a inscrição para as crianças e jovens de ambos os sexos não matriculados nesses estabelecimentos. (TORRES, 1999, p. 64).

Com a educação cívica, privilegiava-se a formação da consciência patriótica, em que a alma das crianças e dos jovens deveria ser formada com o sentimento de que o Brasil seria sagrado, que esse futuro cidadão teria parcela de responsabilidade pela segurança e perpetuidade do país (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (2000). Em relação à juventude,

[...] foram criadas várias formas de organizar sua participação cívica. A que mais chamou a atenção foi a Organização da Juventude Brasileira, forjada nos moldes da Mocidade Portuguesa de Oliveira Salazar e que não foi implementada nas dimensões projetadas devido à disputa entre os Ministérios da Guerra e da Educação pela liderança do movimento. (ARAUJO, 2000, p. 35).

A história de Getúlio fora elaborada, conta da e veiculada junto à juventude como sendo um ser superior, perfeito: “Por isso mesmo, foi durante o Estado Novo que se construiu definitivamente o mito de Vargas, fruto do carisma do presidente, mas também da eficiente máquina de propaganda então existente” (ARAUJO, 2000, p.36).

As manifestações e solenidades objetivavam causar o impacto da unidade e comunhão coletiva. As crianças, com Bandeiras em punho (FIG. 2), certamente acompanhados do hino nacional, revelam ares de civismo, pois o corpo disciplinado tornou-se essencial para

despertar o patriotismo e o progresso do país. Segundo Garcia (1982), o civismo ganhava destaque diante das grandes datas comemorativas, como o aniversário de Vargas, 1º de Maio, semana da Pátria, Revolução de 1930, implantação do Estado Novo, dia da bandeira, entre outras datas nacionais. Formar a consciência patriótica desses jovens era núcleo central das mobilizações.

Esses eventos possibilitavam a produção iconográfica com a função propagandística e legitimadora do governo Vargas. Reunir a juventude pressupunha ir além das manifestações cívicas, e revelava um projeto político destinado aos jovens brasileiros com o ideal de progresso, que somente teria sucesso com a valorização da disciplina e da organização.



Manifestação cívica, Brasil, 1941. (Joaquim Pinheiro)

Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

A educação, sob interferência militar, modificou-se em termos disciplinares: da substituição de punições e castigos físicos pela formalização disciplinar com educação moral, cívica, religiosa, familiar e de cunho nacionalista. Implantaram-se princípios de disciplina, obediência e ordem institucional, a fim de que a educação pudesse ser um projeto estratégico de controle. Nesse aspecto, se fez importante transpor os valores institucionais para o sistema social como um todo: ordem, disciplina, hierarquia e amor à pátria como princípios pedagógicos. A interferência militar na educação visava à segurança, à defesa e à ordem da nação. A educação deveria ser instrumento de constituição da nacionalidade brasileira (FIG. 3). Entre outros eventos, os desfiles cívicos de sete de setembro, dia da juventude e do trabalhador serviram de palco para a exaltação de Vargas e de sua imagem.

Disciplinar o corpo, a conduta e reconhecer o chefe da nação: as imagens da multidão, seja nos discursos emitidos em estádio de futebol, seja nos grandes centros urbanos, com desfiles cívicos, fizeram-se propícias para destacar a multidão disciplinada ao grande chefe e assim representar um Estado uno, homogêneo e harmônico. Destaca-se a utilização de grandes avenidas ocupadas por multidões que marchavam por um novo Estado, com a ordem em primeiro plano. O desfile imprimia sentimento de coletividade, despertando a juventude e a população de modo geral para retomar os grandes episódios históricos e reconhecer no presidente o modelo supremo de autoridade e um Estado fortalecido.



Aspecto do desfile Rio Grande do Sul, em agosto 1937 e março de 1941.

Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

A educação deveria fornecer ampla cultura geral e orientar os estudantes para que estivessem aptos na realização de diferentes categorias e modalidades de cursos profissionalizantes. E o centro desses programas era a política, que na escola era capaz de criar o hábito e a disciplina nos atores e instituições sociais em questão. No entanto, “[...] em muitos aspectos, a própria escolarização pública, em todos os níveis, ainda que em processo de expansão, parecia inóspita à maioria das crianças e jovens brasileiros” (FREITAS, 2009, p.127). Declarava-se na prática a expansão, racionalização e padronização

da educação, mas de acordo com as realidades sociais, esse direito proclamado como universal no país ganhou conotações distintas nos diversos contextos.

Fez-se necessário manter as massas em permanente estado de “irreflexão”, inconsciente, pois o Estado Novo se caracterizou pela ordem advinda de um chefe que esteve em comunhão com o povo, e que foi guiado pelo mesmo. Os anseios das massas estariam sendo conduzidos por esse chefe que guiaria a política do Estado totalitário.

Segundo Edgard Carone (1976, p. 166), o Estado Novo tentou dar um sentido mítico ao próprio Estado, a fim de fortalecer a nacionalidade e seus respectivos chefes políticos. Mito e comemoração se conjugariam, pois a comemoração seria um ato público que passaria a valorizar o condutor da nação por suas qualidades e feitos. Assim, o aniversário de Vargas passou a ser comemorado publicamente a partir de 1940 e seus valores pessoais passaram a ser exaltados nos meios de comunicação e discursos públicos. Segundo Araújo (2000, p. 35-36):

[...] apesar de não haver oficialmente uma organização paramilitar de jovens, eles foram presença uniformizada constante nas várias manifestações cívicas que a máquina de propaganda do Estado Novo inventou (entre elas o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia da Juventude, a Semana da Independência, o Dia do Trabalho e outros). Essas manifestações em que se exibiam retratos de Getúlio Vargas e que ocorriam normalmente em campos de futebol, transformaram-se em momentos míticos e quase religiosos de louvação ao país e a seu chefe.

Em primeiro plano (FIG. 4), a imagem solenemente elevada do Presidente sobre um palco ornamentado de branco e com flores, cercado de autoridades militares e civis, demonstra a imposição do poder do chefe sob a orientação do país, mas acima de tudo, a imagem de um homem verdadeiro, com pureza, coragem e justiça. Esse discurso proferido num estádio de futebol caracterizou a presença da política totalitária (ditatorial), de persuasão, com a constituição de Getúlio Vargas como a grande referência a ser exaltado pelas massas urbanas que se reuniam para o “culto” à sua personalidade. No entanto, mesmo em meio a este aglomerado de pessoas, segue em destaque a presença da juventude uniformizada próximas ao presidente – num

nível menos elevado, mas acima das massas -, portando um elemento central de patriotismo: a Bandeira Nacional.

Getúlio foi caracterizado com qualidades excepcionais, como ser humano simples e acessível, líder que se preocupava com os interesses do povo. Sua simplicidade demonstrava que compreendia os desejos da população, e por isso sua superioridade era merecedora de ser seguida, ouvida e venerada. Segundo Garcia (1982, p.128):

[...] a fotografia oficial era afixada nas oficinas, nas fábricas, escolas, bares, repartições públicas, aparecia nos jornais, revistas e livros. Era uma fotografia solene, com Vargas de casaca e faixa presidencial, ar ligeiramente sério. Mas Havia as fotografias mais populares, com Getúlio sorridente, entre as crianças, nas ruas ou cumprimentando o povo.



Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Entre os mecanismos utilizados para a manutenção da ideologia varguista, esteve a propaganda, viabilizada pelos meios de comunicação social. Utilizou-se da máquina estatal para a difusão propagandística, a fim de exaltar o regime político vigente, que, por sua vez, teria devolvido a dignidade do trabalho e do trabalhador, transformando o novo homem, o novo cidadão, que anteriormente estavam excluídos da comunidade nacional. “O regime era apresentado como identificado com o povo e, como tal, democrático. Vargas era exaltado como o grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo, que se identificava com o povo. Era o grande benfeitor, o pais dos pobres” (CARVALHO, 2008, p.125). No final do seu mandato, a propaganda surtiu efeito ao receber apoio das forças populares para

que pudesse permanecer no poder. Segundo Edgard Carone (1976, p.126) “[...] não só a repressão extermina os operários mais conscientes, como se aumenta a propaganda sobre os benefícios governamentais”. Ampliou-se também a coerção, pois o movimento operário foi obrigado a aceitar as imposições e se submeter a essa política. “Aos olhos de hoje, essa intensa propaganda estado-novista, preocupada em edificar a imagem de um Estado moderno, é um dos mais ricos exemplos de um Estado intervencionista e disciplinador das massas” (CARNEIRO, 1999, p. 332).

As imagens que circulavam por meio da imprensa (cinema, rádio, jornal) objetivavam mostrar um presidente atencioso com os estudantes (futuro da nação!), solidário com os trabalhadores e pobres, preocupado com a educação do país. Por isso, as cartilhas escolares (FIG. 5) repletas de iconografias revelavam um homem bom, autêntico patriota, que deveria ser referência para a infância e juventude; a educação como instrumento ideológico da política varguista, com o auxílio de divulgação de imagens de um presidente humanizado que estava ao lado do povo, principalmente das crianças e jovens. Segundo Capelato (2007, p. 123), “[...] as imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão”. Entre as crianças e o líder, era necessário criar espaço para o amor recíproco, duplicando o sentimento patriótico. O olhar atento e fixo dos estudantes no presidente que está próximo e ao mesmo tempo num patamar físico mais elevado, remete ao grande herói da nação, o modelo de cidadão: moral, patriótico, político, mas acima de tudo um grande ser humano, um homem bom.



Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Novamente, a presença da Bandeira Nacional e o uniforme caracterizando o disciplinamento da juventude, tanto rapazes como moças (FIG. 6). A fé no futuro do Brasil perpassaria pela conduta da disciplina militar, pois esse atributo poderia contribuir para se cumprir os objetivos da política varguista em prol do progresso do país.



Foto do álbum "A Juventude do Estado Novo" - DIP. CPDOC/FGV.

Fonte: Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Pode-se afirmar que a imagem de Vargas foi constituída por uma extensa produção iconográfica que teve por objetivo a função propagandística e legitimadora da política implantada, pois seu governo também se utilizou de imagens para transmitir a ideologia e assim “fabricar” um político que pudesse ser modelo para o povo. Segundo Carvalho (1990, p. 55): “Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva [...]”. Manifestações cívicas serviram para engrandecer os feitos políticos e eleger um herói nacional, que geralmente eram destacados pelos meios de comunicação e ligados a um projeto de nação: desenvolvimentismo e nacionalismo.

Ao nos remetermos a este estudo, pode-se dizer que o varguismo não pode ser considerado fenômeno fascista, no entanto, foi inspirado pelas experiências alemã e italiana, principalmente no que diz respeito à propaganda política. Segundo Capelato (1999, p.167) “[...] a propaganda nazi-fascista exigia unidade em todas as atividades e ideologias. A moral e a educação estavam subordinadas a ela. Sua linguagem simples, imagética e agressiva visava a provocar paixões para atingir diretamente as massas”. Aqui, a propaganda – principalmente a de produção imagética – pode ser entendida como estratégia para o exercício do poder dentro do regime implantado e, sendo um regime de características totalitário, adquiriu forças no Estado ao monopolizar os meios de comunicação e ao exercer a censura e manipulação.

A criação da DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) surgiu como necessidade para o controle dos meios de comunicação, objetivando elucidar a opinião pública sobre as diretrizes do regime, principalmente por meio da imprensa escrita e o rádio.

O DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe de governo, identificando-os com o país e o povo. Assim, produziram-se livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc. (CAPELATO, 1999, p.175).

Foram criados diversos órgãos culturais, mas também outros foram controlados: “O ensino foi posto sob controle por meio de diversas normas, principalmente por meio da Reforma Capanema (1942); pela verificação e regulamentação dos livros didáticos e pelo processo de militarização escolar, com a criação da Juventude Brasileira” (GARCIA, 1982, p. 87). Tanto o ensino público não federal como o privado eram rigidamente organizados, fiscalizados e controlados pelo Governo Federal. Nesse contexto, a propaganda foi propícia para a difusão da ideologia do Estado Novo aos grupos socialmente menos contemplados com as políticas.

Em todas as disciplinas escolares destacavam-se representações iconográficas de Getúlio Vargas, com constante menção à infância e juventude e à classe trabalhadora, mas a disciplina de História

foi um terreno fértil para a disseminação dos ideais varguistas. No período do Estado Novo, houve a necessidade da homogeneizar e tornar coesa a história a fim de partilhar a mesma memória e cultura dos mesmos heróis. Para isso, o Ministério de Educação implantou o calendário com datas cívicas. Assumindo papel relevante desse processo, mereceram destaque as escolas, as instituições militares e as associações de trabalhadores,

[...] a pretensão da unidade também se expressava na uniformidade dos programas celebrativos realizados nas escolas, quase os mesmos em todos os lugares do Brasil e, em geral, obedecendo a mesma seqüência: hasteamento da bandeira; execução do Hino à Bandeira e do Hino Nacional; palestras para estudantes e trabalhadores; apresentação de trabalhos escolares sobre Tiradentes; declamação de poesias alusivas à Inconfidência Mineira e aos seus principais personagens; apresentação de poemas e peças sobre temas patrióticos; leitura da biografia de Tiradentes; dramatizações da Inconfidência Mineira; competições esportivas. (FONSECA, 2006, p. 81).

A educação pautava-se na noção de pátria, tradição, família e nação a fim de formar o espírito patriótico. As cartilhas, materiais didáticos e programas escolares constituíam os conteúdos de história na perspectiva moral e cívica. Segundo Fonseca (2006, p. 72), “[...] a chamada Era Vargas é particularmente privilegiada quanto às ações do Estado no sentido de orientar o ensino de História para a formação moral e política”. Tornou-se fundamental eleger uma memória para a construção da identidade nacional; para isso, não se limitava ao ensino escolar, mas preservava o patrimônio histórico com a celebração da memória da nação com as festas cívicas.

Nas reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), o estudo da disciplina de História foi eleito como instrumento central para educação política. E além da história militar e biográfica, estimulava-se a utilização de recursos visuais, que, segundo José Murilo de Carvalho (1990), a melhor forma da educação cívica se dá por meio do uso de símbolos e rituais, a fim de atingir não só a cabeça, mas também o coração dos cidadãos e formar a coletividade com o sentimento patriótico.

5 Considerações finais

No conjunto das estratégias para a implantação de ideologias no Estado Novo, buscou-se legitimar o Estado frente à sociedade civil. Tendo pensado um projeto de constituição da sociedade moderna, com o processo crescente de urbanização e industrialização, Getúlio Vargas organizou um Estado centralizador para empregar sua ideologia política. Entre as várias estratégias para articular os diversos segmentos sociais, a educação foi o meio eficaz para formar as mentes e disciplinar os cidadãos. Estratégia que obteve êxito com a constante utilização de imagens para dar credibilidade às justificativas políticas.

A uniformização do sistema educacional, com o domínio exercido sobre a juventude e as massas trabalhadoras, foi possível em virtude da “fabricação” da imagem do líder: homem bom, honesto, que estaria ao lado dos trabalhadores. Dessa forma, as políticas do Estado Novo foram empregadas por mecanismos ideológicos, utilizando-se principalmente do rádio, jornal e televisão.

O mito político de Getúlio Vargas se justificou pelas representações imagéticas que favoreceu a relação entre governo e juventude e governo e populares. A constituição desse novo Estado perpassou essencialmente pelo controle sobre a educação, e o reconhecimento político-social de Vargas foi possível em função do uso de imagens para a legitimação de seu projeto político. Desse modo, o imaginário social foi estimulado e manipulado pelo uso dos meios de comunicação e da propaganda, destacadamente pelo viés imagético.

Referências

- ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993. 331 p.
- BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.137-166.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: Ed. USC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.). **O tempo do nacional-estadismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107-143. v. 2.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 327-340.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro- São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v.11, n. 5, p.173-191, 1991.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, Nelson J. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

PAIVA, Eduardo F. **História & Imagem**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra J.; SANTOS, Nádia M.W.;

ROSSINI, Miriam de S. (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008. p. 99-122.

SCHWARTTZMAN, Simom; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**: centenário de Gustavo Capanema: novos tempos de educação no Brasil (interrogação). São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **“Janela da Alma”**: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa, política e cidadania**. Porto Alegre: Ed IPUCRS, 1999.